

REDE DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM UMA REGIÃO DO DISTRITO FEDERAL

FOOD SECURITY AND NUTRITION NETWORK IN A REGION OF THE FEDERAL DISTRICT, BRAZIL

RED DE SEGURIDAD ALIMENTARIA Y NUTRITIONAL, DISTRITO FEDERAL-BRASIL

Ludmila da Silva Mello*, Leides Barroso Azevedo Moura**

Resumo

Introdução: O direito humano à alimentação conveniente prevê o acesso a uma alimentação de qualidade, diversificada, nutricionalmente adequada, sem agrotóxicos ou contaminantes e isenta de organismos geneticamente modificados. **Objetivo:** Identificar ações e serviços em Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) numa área socioeconomicamente vulnerável do Distrito Federal, segundo informantes-chaves e lideranças do território. **Material e Método:** Abordagem qualitativa de amostragem não probabilística com técnica de bola de neve para identificar informantes-chaves. **Resultados:** Foram identificadas 56 organizações ou atividades que contribuem para o fortalecimento da Segurança Alimentar e Nutricional, sendo estas categorizadas pela natureza de sua função como: Administração e Equipamentos Públicos, Educação, Entidades Religiosas, ONGs, Serviços de Assistência Social, Feiras e Sacolões e outros tipos agrupados numa mesma categoria. **Conclusão:** A produção do mapeamento dos focos de segurança alimentar e nutricional no território fortalecem a discussão e ação sobre a temática de SAN entre as variadas categorias profissionais e robustece a construção de uma rede ativa de promoção e proteção à saúde.

Palavras-chave: Segurança alimentar e nutricional. Fome. Direitos humanos. Promoção da saúde. Políticas públicas.

Abstract

Introduction: The human right to an adequate feeding advocates the access to a nutrition characterized by quality, diversified food and nutritional adequacy, being also free of pesticides or contaminants, as well as free of genetically modified organisms. **Objective:** To identify actions and services in Food and Nutrition Security (FNS) in a socioeconomically vulnerable area of the Federal District, according with key informants and leaders of the community. **Material and Method:** Qualitative approach with non-probabilistic sampling, using snowball technique in order to identify key informants. **Results:** We identified 56 territorial organizations or activities that contribute to the strengthening of Food and Nutrition Security, which were categorized according with the nature of their function as: Administration and Public Equipment, Education, Religious Entities, NGOs, Social Welfare Services, Fairs and vats and other types grouped into a same category. **Conclusion:** The production of the mapping of food and nutritional security foci in the territory strengthens the discussion and action about Food and Nutrition Security topic among the various professional categories, as well as the construction of an active network for health promotion and protection.

Keywords: Food and nutritional security. Hunger. Human rights. Health promotion. Public policies.

Resumen

Introducción: El derecho humano a la alimentación adecuada prevé el acceso a una alimentación de calidad, diversificada, nutricionalmente adecuada, sin agrotóxicos o contaminantes y exenta de organismos genéticamente modificados. **Objetivos:** Identificar acciones y servicios en Seguridad Alimentaria Y Nutricional de un área socioeconómicamente vulnerable según informantes claves y liderazgos del territorio. **Método:** Investigación cualitativa con muestreo no probabilístico do tipo bola de nieve. **Principales resultados:** Se identificaron 56 organizaciones o acción territoriales que contribuyen al fortalecimiento de la Seguridad Alimentaria y Nutricional, siendo estas categorizadas según la naturaleza de su función: Administración y Equipos Públicos, Educación, Entidades Religiosas, ONGs, Servicios de Asistencia Social, Ferias Y Sacros y otros tipos agrupados en una misma categoría. **Conclusión:** La producción del mapeo de los focos de seguridad alimentaria y nutricional en el territorio fortalece la discusión y acción sobre la temática de SAN entre las variadas categorías profesionales y robustece la construcción de una red activa de promoción y protección a la salud.

Palabras clave: Seguridad alimentaria y nutricional. Hambre. Derechos humanos. Promoción de la salud. Políticas públicas.

* Enfermeira graduada pela Universidade de Brasília. Contato: ludmilamello33@gmail.com

** Doutora em Ciências da Saúde, professora adjunta do Departamento de Enfermagem da Universidade de Brasília - DF. Contato: leidesm74@gmail.com

INTRODUÇÃO

Diante da transição populacional, epidemiológica e nutricional, as políticas e estratégias relacionadas à alimentação vêm sendo cada vez mais fortalecidas no Brasil, favorecendo a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) como forma de cumprir os direitos sociais, que garantem que todo ser humano tem direito a acessar as condições determinantes para uma vida digna¹.

Medidas de combate à fome e de segurança alimentar passam a ser fundamentais para a contínua melhoria das condições de vida do sujeito e sua família, uma vez que o direito à alimentação adequada é intrinsecamente ligado à dignidade humana e indispensável para a realização de outros direitos humanos^{2,3}.

A SAN alicerça-se como um tema político de caráter social que há quase setenta anos se mostra em debates, estatutos, movimentos, projetos e políticas relacionadas ao combate à fome⁴⁻⁶. No Brasil, o assunto foi ampliado com a reorganização do Conselho de Segurança Alimentar (CONSEA), incorporando a responsabilidade de ações diretas na garantia do direito humano à alimentação adequada, sendo compreendida muito além de apenas aporte calórico e de nutrientes, mas pela inclusão do acesso regular em quantidade e qualidade, respeitando a diversidade cultural, ambiente social, econômico e a sustentabilidade^{7,8}.

A partir daí foi criada a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) em 2006 e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) em 2010, que institui a Política Nacional de Alimentação e Nutrição, de onde partem as diretrizes de atuação no enfrentamento da insegurança alimentar e nutricional como problema estrutural decorrente da desigualdade social.

O conceito brasileiro de SAN destaca-se por incluir quantidade e qualidade de alimentos adequados para toda a população, sem distinção de classes sociais. Tais questões, de caráter econômico e social, estão relacionadas a inúmeros setores sociais, econômicos e políticos como a produção, acesso e consumo de alimentos de qualidade, cultura, sustentabilidade ambiental, saúde, agricultura familiar e geração de renda, articulação e mobilização social e direitos humanos^{9,10}.

Apesar da abrangência conceitual já ter sido delineada na Política Nacional de Segurança Alimentar

(PNSAN) e na Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), o conceito de SAN permanece em constante construção nos territórios e busca abarcar outras dimensões das necessidades humanas, além da fome e do alimento propriamente dito. Essa multidimensionalidade clareia as margens da discussão das questões sobre SAN, que porventura possam delimitar a temática, destacando o conceito de intersectorialidade e governança para dar conta da abrangência da operacionalização da política¹⁰.

A complexidade de SAN é pauta permanente na gestão de políticas pelos entes federados, na participação social e nas redes de serviços institucionais e nos conselhos e serviços de atenção básica de saúde que participam das decisões e contribuem para a produção de novos conhecimentos que redundaram no marco da alimentação como direito humano¹¹.

O Brasil avançou na garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) por intermédio da redução da fome e da implementação de políticas públicas para garantia da segurança alimentar, mas ainda existem desafios para a efetivação desse direito humano fundamental e consolidação da Soberania Alimentar, que diz respeito à capacidade de escolha dos alimentos a serem produzidos e dos métodos de produção que respeitem o ambiente e a diversidade cultural da região^{8,12}.

Discutir e agir na temática de SAN, na dimensão da territorialidade que a Atenção Básica de Saúde demanda, irá exigir conhecimento sobre práticas alimentares da população e sua expressão histórica, social e cultural, além de propostas e estratégias de construção coletiva para fortalecimento de SAN em busca de atores e serviços que potencialmente possam compor uma rede de promoção e proteção no território.

Os territórios apresentam níveis heterogêneos de insegurança alimentar e perfis nutricionais que variam nos dois extremos: obesidade e fome, com reprodução de hábitos alimentares inadequados desde a amamentação até a alimentação das faixas etárias mais idosas, expressando diferentes formas de adoecimento. Além disso, os territórios expressam as desigualdades de renda, de acesso aos alimentos e das condições iníquas de vida e moradia.

O presente artigo descreve a experiência de identificar ações e serviços que abordam a temática de SAN em um território marcado por vulnerabilidade

socioeconômica que está localizado no Distrito Federal-DF.

A pesquisa justifica-se pela necessidade de construir uma agenda de empoderamento social em defesa da SAN para toda população e estabelecer as bases para inclusão política da temática nas estratégias de promoção a saúde pela rede de atenção à saúde no território selecionado. Além disso, os resultados da pesquisa visam oferecer subsídios para a discussão da temática e fortalecimento dos compromissos políticos da liderança local na agenda de SAN e na gestão do território em busca da soberania alimentar.

MÉTODO

Trata-se de um mapeamento dos pontos de SAN em uma região do Distrito Federal, desenvolvido por intermédio de uma abordagem qualitativa com amostragem não probabilística, baseada na técnica “bola de neve” com informantes chaves até alcance da saturação de informações. Utiliza-se a metodologia em detrimento do conhecimento ainda desagregado da temática pelos atores e serviços que atuam no território^{13,14}.

Os dados foram obtidos por intermédio de 25 entrevistas com informantes chaves utilizando um instrumento de coleta semiestruturado para identificar as características dos serviços e a natureza das atividades desenvolvidas, locais de atendimento, horário de funcionamento, contatos e responsáveis. Também foram realizadas buscas em *sites* institucionais e nos catálogos telefônicos para identificação de atividades em SAN.

Adotou-se como critério de inclusão a seleção de qualquer entidade pública ou privada que desenvolvesse atividades em segurança alimentar e nutricional de maneira direta ou indireta. As informações obtidas permitiram produzir um diagnóstico situacional, a fim de disponibilizar auxílio para planejar as intervenções estratégicas que venham a ser realizadas na questão da SAN. O diagnóstico situacional é uma estratégia que favorece as possibilidades de intervenção e representa uma ferramenta para a governança em um território¹⁴.

O território analisado consiste em um espaço de alta vulnerabilidade socioeconômica do DF. A área urbana é marcada pela carência de equipamentos públicos e serviços urbanos, fruto da irregularidade fundiária e das desigualdades sociais que a população enfrenta. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa

sob o protocolo CAAE: 35864014.4.3001.5553, conforme Resolução Nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde.

RESULTADOS

Inicialmente identificaram-se 33 organizações ou ações territoriais que em alguma medida contribuem para o fortalecimento da SAN, sendo estas categorizadas segundo a natureza de sua função: Administração e Equipamentos Públicos, Educação, Entidades Religiosas, ONGs, Serviços de Assistência Social e outros tipos agrupados numa mesma categoria. Após nova análise das informações disponibilizadas nas entrevistas e por pesquisas nos *sites* institucionais foi possível identificar um total de 56 entidades. Foram entrevistados nutricionistas, enfermeiros, assistentes sociais, médicos, professores, gestores, representantes locais da comunidade e moradores da região. A Tabela 1 apresenta essas categorias.

Tabela 1 - Categorização dos serviços de SAN atuantes nos territórios do Itapoã e Paranoá, DF, 2016

Categorias	Nº de serviços de SAN
Administração e Equipamentos Públicos	5
Educação	2
Entidades Religiosas	4
Estabelecimentos de Saúde	6
Serviços de Assistência Social	6
Feiras e Sacolões	23
ONGs	4
Outros	6

Fonte: autoras

Na categoria de Administração e Equipamentos Públicos foram identificadas cinco entidades públicas de origem governamental que atuam no acesso à alimentação da população, como restaurantes comunitários, ou que atuam na organização e capacitação das ações locais, como a administração regional do Itapoã e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (EMATER).

Apesar de se observar um aumento da abrangência da ação do Programa Nacional de Alimentação nas Escolas (PNAE)¹⁵, foram listados na categoria de Educação apenas dois aparatos educacionais, sendo apenas um inserido no Programa, mas que oferecem alimentação aos estudantes ou favorecem a agricultura familiar, com a produção de hortas e distribuição das hortaliças plantadas pelos alunos em ambiente escolar. Ainda que alguns entrevistados tenham identificados outras escolas, foi narrado que as mesmas não recebiam o repasse financeiro do programa

por falta de estrutura em oferecer a merenda ou por não apresentar condições para ampliar suas ações com horta escolar.

Já as ações religiosas foram encontradas em maior número. Quatro diferentes entidades exercem distribuição de alimentos prontos e verduras no território. No Brasil, as Entidades Religiosas são conhecidas por sua atuação no enfrentamento à fome e no combate à pobreza extrema, onde ações de caráter assistencialista tendem a predominar¹⁶.

Foram elencados seis Estabelecimentos de Saúde, incluindo um Banco de Leite Humano. Os Centros de Atenção Psicossocial que atendem a população foram considerados, mesmo os que possuem sede fora da região, uma vez que os serviços ambulatoriais atendem a população selecionada, oferecendo também acesso à alimentação e práticas educacionais de renda com horta e saúde alimentar para os indivíduos referenciados ao serviço.

Dentre as quatro Organizações Não Governamentais (ONG) encontradas, apenas uma trabalha diretamente com a alimentação ou distribuição de alimentos, as demais trabalham com o empoderamento social e geração de renda, temas relevantes no tocante à SAN.

Também foram descritos seis Serviços de Assistência Social, como o Conselho Tutelar e os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), responsáveis pelo suporte e coordenação dos serviços e programas sociais, como o Bolsa Família, que incorporam também os fatores de SAN.

A categoria "Outros" engloba serviços que não se enquadram nas categorias anteriores e nem em Feiras e Sacolões, mas que atuam com distribuição de alimentos, empoderamento social, organização sustentável agrícola e outros pontos marcantes na questão da SAN, como Associações e iniciativas da própria comunidade.

Por fim, a lista inclui Feiras e Sacolões com vinte e três entidades privadas do comércio local de frutas, verduras e hortaliças da região, mas também produtos alimentícios das regiões de migração dos moradores como produtos da região do nordeste brasileiro. Para esta inclusão, considerou-se o padrão de cultura alimentar local, que conta com a sazonalidade dos produtos ofertados proveniente de outras regiões.

A experiência de identificar atores e serviços, bem como analisar as dinâmicas socioespaciais num território extrapola os objetivos do presente artigo, mas contribuíram para captar a complexidade que o tema de SAN requer e os desafios da intersectorialidade que ela representa entre os serviços de saúde, educação, cultura e assistência social. Os gestores do território que foram entrevistados relataram relativa dificuldade em ultrapassar as barreiras da atuação setorial, embora reconheçam a existência de ações relevantes na sua área de atuação as quais podem ou não serem inseridas no campo da SAN.

Vale ressaltar que nenhum dos 25 entrevistados identificou uma rede de SAN no território, mas identificaram serviços e reconheceram ações e projetos com potencial para contribuir na construção das bases de uma rede de serviços e atores que abordem a temática de maneira intencional e articulada.

Uma proporção de 75% dos entrevistados relatou a falta de elementos de comunicação que favoreçam a articulação entre os serviços. Esta realidade compromete a criação de rede de ações e de ampliação da participação social na medida em que falta um elemento essencial que é o estabelecimento de canais de comunicação que possam estabelecer e ou ampliar relações de interdependência entre os serviços e favorecer a intersectorialidade, tão essencial para a gestão de SAN nos territórios.

DISCUSSÃO

Há no território ações e serviços que abordam a segurança alimentar e nutricional da população. Nota-se um desprendimento da comunidade na busca ativa pela sua autonomia, onde cerca de 1% da população participa de movimentos sociais¹⁵ de forma que as atividades sejam para além daquelas de caráter assistencial, paternalistas e pontuais, como algumas encontradas. As atividades desse campo, como as religiosas costumam assumir a organização de serviços paliativos na diminuição da desigualdade e no combate à fome em curto prazo. Dessa maneira, as práticas assistenciais e clientelistas são reforçadas e o empoderamento comunitário pode ser comprometido.

Há consenso na literatura quando se aponta a necessidade de políticas menos assistenciais, mas que ofereçam incentivos à cultura alimentar, sociabilidade e comensalidade, relações sociais e acesso à renda

e ao trabalho, visando à autonomia e diminuição das desigualdades sociais, de maneira que o auxílio estatal não seja o único responsável pela manutenção da dignidade da vida das famílias vulneráveis. Assim, as políticas de enfrentamento à insegurança alimentar são necessárias e indispensáveis nos territórios¹⁶.

As estratégias para que a população alcance uma melhor segurança alimentar envolvem a existência de programas complementares que proponham e favoreçam a qualificação profissional da comunidade visando a inserção no mercado de trabalho, como a produção de renda pelas ONGs listadas e pelas intervenções propostas pelos demais grupos. A forma de trabalho não assistencialista das ONGs encontradas na região, que trabalham com o empoderamento social e geração de renda, temas relevantes no tocante à SAN, contrastam com os achados de Pinto¹⁷, que revela a majoritária ação filantrópica assistencialista das ONGs que atuam com ações de SAN.

As ONGs que atuam com outras funções externas à distribuição de alimentos, apesar de não executarem ações diretas da SAN, promovem alternativas de empoderamento social e ampliação de renda via trabalho informal, de maneira que a compra e acesso a alimentos de qualidade sejam facilitados para seus participantes. Nesse tipo de organização a questão da fome passa a sair do foco principal e a profissionalização, educação, empoderamento e assessoria passam a protagonizar as ações que alcançarão a SAN, criando também espaços de interação e propagação de cultura e conhecimento¹⁷. A realização de ações emancipadoras deveria ser priorizada nas políticas, contribuindo para a defesa da cidadania. As políticas que não atendam a esse requisito, por serem tuteladoras ou assistencialistas, deveriam ser desencorajadas^{7,18}.

Entretanto, essas ações não dão conta da precariedade das condições de vida de um território marcado por um baixo dinamismo econômico, reduzido grau de escolaridade e qualificação técnica dos jovens e adultos e pelo acesso precário às estruturas de oportunidades de emprego e atividades produtivas.

A inclusão da educação, portanto, é fator atuante de SAN e fundamental na construção da identidade social, de maneira que o indivíduo seja capaz de identificar seu papel social e refletir sobre as opções que lhe são

impostas, inclusive refletir sobre seus hábitos alimentares. O conhecimento e a educação passam então a exercer papéis fundamentais na construção da identidade social da população¹⁹.

O PNAE tem como objetivo atender a todas as crianças da rede pública do ensino fundamental por meio da oferta de uma refeição que responda por pelo menos 15% das necessidades energético-proteicas diárias e envolve uma ideologia que transcende a merenda escolar. Ela é colaboradora da reformulação das políticas educacionais, uma vez que a escola tem papel central na educação, cidadania, autonomia, empoderamento e engajamento social. Dessa maneira, o Programa contribui para a reflexão e conscientização dos aspectos sociais da alimentação e sua influência no campo social, político e econômico. Por isso, esperava-se grande número de escolas atuantes na questão da SAN e imersas nos preceitos da PNAE, entretanto, foram obtidas apenas duas escolas nessa categoria. O reduzido número e a infraestrutura deficiente de escolas locais viabiliza a permanência da fragmentação do acesso à alimentação escolar adequada¹⁷.

A iniciativa de horta nas escolas é uma alternativa de desenvolvimento de uma cultura alimentar que ensine sobre a produção orgânica dos alimentos e reforce a autonomia, considerando uma produção mínima de alguns produtos para as famílias envolvidas.

Infelizmente, o escopo da pesquisa não permitiu identificar a produção agrícola familiar da região, seja para o autoconsumo ou para geração de renda. A agricultura familiar é vista como possibilidade para manutenção da SAN nas famílias, principalmente para famílias que estão abaixo ou próximas da linha da pobreza, pois passa a ser uma fonte de renda quando permite que a família economize na compra de produtos alimentares. O território conta com uma vasta área rural, onde a agricultura familiar e o pequeno agricultor podem exercer importância relevante nas iniciativas de movimentação de mercado com fortalecimento da economia local, conforme relatado em outros estudos^{20,21}.

Atualmente, o Sistema de Assistência Social no Brasil conta com serviços públicos, como o CRAS e Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), responsáveis por prestar serviços diretamente à população e se articularem e atuarem com coordenadores de outros serviços públicos e privados envolvidos na

proteção social da população. Essa articulação constitui uma das bases da intersectorialidade, onde a assistência social coordena, conjuntamente com a Administração Pública, os esforços que carecem de orientação mais eficiente no direcionamento dos recursos existentes em cada setor.

O Programa Bolsa Família, cuja base cadastral de referência é o Cadastro Único Federal (CadÚnico), integra o processo de afirmação e institucionalização da PNSAN, ao mesmo tempo em que responde às iniciativas da sociedade e dos governos, visando a diminuição da vulnerabilidade e promovendo a Assistência Social^{3,12}. No território analisado, esse cadastramento é feito no CRAS e nos seus postos localizados nas Unidades Básicas de Saúde.

O Núcleo de Atenção a Saúde da Família (NASF) é uma das estratégias de SAN, que envolve a agenda da saúde e de SAN, além de ser potencializador sinérgico entre as ações de combate à pobreza e expansão da atenção básica^{9,20}.

O território conta com três Unidades Básicas de Saúde, sendo uma delas implantada na lógica da Estratégia Saúde da Família (ESF), com uma equipe completa do NASF e oferecendo serviços pautados na educação, promoção da saúde e prevenção de doenças, sendo unidade piloto de referência para as Doenças Crônicas não Transmissíveis (DCNT). As unidades contam com grupos para pessoas com problema de obesidade e sobrepeso, alimentação gestacional, tabagismo, cozinha saudável, atividades físicas, práticas integrativas de saúde, diabéticos, alimentação infantil e amamentação e outros grupos de promoção de saúde. Apesar da grande quantidade de grupos oferecidos, observou-se uma participação reduzida da população em alguns deles.

A alimentação infantil é muito focada nas unidades de saúde, uma vez que hábitos alimentares inadequados no início da infância relacionam-se com o excesso de peso e surgimento de doenças crônicas, uma das principais causas de mortalidade no Brasil, na fase adulta. Além disso, há um baixo índice de aleitamento materno exclusivo (AME), atingindo uma prevalência de 10% no DF²¹, que se associam a diversos fatores como cultura, estilo de vida e influência da sociedade. Dentre as principais causas de interrupção do AME, encontram-se a necessidade de retorno da mãe ao trabalho, má

interpretação do choro da criança relacionando-o à fome, crença de que o AME é insuficiente, patologias relacionadas às mamas, dificuldade inicial na pega e a recusa do seio por parte da criança²¹.

Sendo assim, é essencial a presença do Banco de Leite e as orientações disponíveis às mulheres em aleitamento que essa instituição oferece. É necessário o cuidado mais minucioso com a alimentação infantil, para que se cumpram as metas do DHAA, de dignidade, prevenção e controle de doenças decorrentes da má alimentação²⁰.

As consequências da insegurança alimentar e nutricional da população, a exemplo da obesidade, desnutrição e carências nutricionais específicas, que muitas vezes se iniciam logo na infância, recaem sobre o setor saúde e têm feito com que, historicamente, este tenha incorporado a responsabilidade de acompanhar as políticas e programas de alimentação e nutrição no Brasil³.

Nota-se uma transição da cultura alimentar, principalmente nas camadas mais pobres, marcada pelo sobrepeso e obesidade e não mais pela desnutrição, pelo consumo de alimentos processados e industrializados com grande teor de calorias e poucos nutrientes, por isso a importância em incluir focos locais de acesso a alimentos vegetais^{3,11}.

A cultura alimentar, proveniente dos hábitos familiares, assim como a prática da agricultura de autoconsumo, contribui para a qualidade da alimentação, pois as famílias selecionam produtos de preferência alimentar para o cultivo e tem a quantidade de agrotóxicos reduzida. Dentre as ações de caráter estrutural, existe o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que objetivou a compra institucional de alimentos oriundos da agricultura familiar, numa proposta de produção e posterior distribuição às populações em risco de segurança alimentar e nutricional²².

Assim, as políticas públicas, apesar da demanda de se adequarem à cultura alimentar da população local de forma incluyente e equânime, têm a força institucional de alterar o padrão inadequado de alimentação daquela comunidade. Além disso, deve-se promover o cuidado relacionado à cultura de armazenamento e preparo dos alimentos, pois danos à saúde relacionados a esses processos que se envolvem com os aspectos higiênico-sanitários, são comuns, acarretando em prejuízos

nutricionais e qualidade do alimento. Daí a necessidade dos artefatos políticos observarem, conversarem e avaliarem o efeito das políticas na ponta do serviço²¹⁻²³.

Há também, na categoria Outros, uma instituição que tem como foco a sustentabilidade com a permacultura, que consiste na produção agrícola com a preservação ambiental das espécies locais. O conceito de sustentabilidade no tocante à SAN se traduz em várias ideias quando a alimentação se mantém disponível para as futuras gerações, preocupando-se com o desenvolvimento do planeta e a produção de lixo e materiais tóxicos. Sua delimitação revela uma luta entre atores sociais e que envolve qualidade de vida, economia, saúde, política, discussão das questões ligadas ao agronegócio, educação e várias outras esferas que tangenciam a dignidade da vida humana^{3,7,8}.

Objetivando facilitar o acesso à alimentação de qualidade, dada a dificuldade de acesso aos produtos e serviços básicos, que configura aprofundamento da exclusão social, a Central de Abastecimento do Distrito Federal (CEASA) disponibiliza um ônibus modificado que leva produtos agrícolas ao território. O projeto chama-se CEASA nas Cidades e mantém baixo preço para todos os produtos oferecidos semanalmente.

Finalmente, o desenvolvimento econômico com vistas a equidade social, inclui a preservação ambiental e a utilização dos recursos naturais, incluindo também a produção agrícola familiar para o autoconsumo ou para comércio, evoluindo a inclusão social nesses processos. Observou-se que a inclusão social se mantém presente nas ações de vários serviços de maneira direta ou indireta e uma baixa oferta de atividades ambientalistas^{7,8}.

A pesquisa apresentou como limitação o número de pessoas entrevistadas, pois a técnica bola de neve permitiu identificar apenas alguns dos atores do território. A amostra de conveniência não permitiu uma generalização dos resultados, mas apontou os recursos, capacidades e dificuldades instaladas no território.

A despeito das importantes conquistas ocorridas no campo do direito humano à alimentação, ainda são muitos os desafios que precisam ser enfrentados no campo da insegurança alimentar e nutricional da região socioeconomicamente vulnerável do Distrito Federal e de todo Brasil. A importância de se identificar os territórios e estabelecer planos específicos e ampliar serviços de enfrentamento à insegurança alimentar das populações vulneráveis representam uma prioridade na agenda do Distrito Federal.

CONCLUSÃO

SAN tem importância estruturante na promoção dos direitos básicos do ser humano e está presente no território investigado nas categorias administrativas, sociais, ambiente, saúde e outros serviços. A abrangência do escopo de SAN favorece para que os mais diversos setores sejam parte integrante do fornecimento de serviços e atividades para a população. A pesquisa proporcionou a identificação de serviços que podem potencializar o empoderamento social em defesa da soberania alimentar no território e a formação de uma rede de SAN.

Extrapolando a área da saúde, as práticas alimentares representam uma expressão histórica, cultural e social dos grupos populacionais. Com essa visão, a alimentação compõe a base da determinação social da saúde e deve ser analisada a partir dos aspectos da produção, do consumo e da distribuição dos alimentos. Dessa maneira, a produção desse diagnóstico fortalece a discussão e elaboração de planos de ação sobre a temática de SAN pelos profissionais do cuidado e militantes que atuam na construção de uma rede de serviços promotores de saúde

Conflitos de Interesse: As autoras declaram que não houve conflitos de interesse

REFERÊNCIAS

1. Santos LAS. Educação alimentar e nutricional no contexto da promoção de práticas alimentares saudáveis. *Rev Nutr.* 2005; 18(5):681-92.
2. Cotta RMM, Machado JC. Programa Bolsa Família e segurança alimentar e nutricional no Brasil: revisão crítica da literatura. *Rev Panam Salud Publica.* 2013; 33(1):54-60.
3. Malta DC, Andrade SC, Claro RM, Bernal RTI, Monteiro CA. Evolução anual da prevalência de excesso de peso e obesidade em adultos nas capitais dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal entre 2006 e 2012. *Rev Bras Epidemiol.* 2014; 17(1):267-72.

4. Alves KPS, Jaime PCA. Política Nacional de Alimentação e Nutrição e seu diálogo com a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. *Ciênc Saúde Coletiva*. 2014; 19(11):4331-40.
5. Peliano A. Lições da história: avanços e retrocessos na trajetória das políticas de combate à fome e à pobreza no Brasil. In: Aranha A, organizadores. *Fome Zero: uma história brasileira*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social; 2010. p. 26-41
6. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (BR). (Consea). II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 17-20 março, 2004. Brasília: Consea; 2004.
7. Kepple AW, Segall-Correa AM. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. *Ciênc Saúde Coletiva* 2011; 16(1):187-99.
8. Maluf RSJ. *Segurança Alimentar e Nutricional*. Petrópolis, RJ: Vozes; 2007.
9. Valente FLS. *Direito humano à alimentação: desafios e conquistas*. São Paulo: Cortez; 2002.
10. Pinheiro AR, Carvalho MFC. Transformando o problema da fome em questão alimentar e nutricional: uma crônica desigualdade social. *Ciênc Saúde Coletiva*. 2010; 15(1):121-30.
11. Castro IRR. Desafios e perspectivas para a promoção da alimentação adequada e saudável no Brasil. *Cad Saúde Pública*. 2015; 31(1):7-9.
12. Gonçalves I, Ferreira N, Reis P, Pena G. Fatores intervenientes no seguimento do tratamento nutricional para redução de peso em mulheres atendidas em uma unidade básica de saúde do Brasil. *Rev Cuid*. 2015; 6(1):914-22.
13. Nogueira-Martins MCF, Bógus CM. Considerações sobre a metodologia qualitativa como recurso para o estudo das ações de humanização em saúde. *Saúde e Sociedade*. 2004; 13(3):44-57.
14. Kleba ME, Krauser IM, Vendruscolo C. Planejamento estratégico situacional no ensino da gestão em saúde da família. *Texto Contexto Enferm*. 2011; 20(1):184-93.
15. CODEPLAN (BR) - Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - Brasília - PDAD 2013 - 2014. [Internet] [citado em 20 out. 2016]. Disponível em: http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/pesquisa_socioeconomica/pdad/2013/PDAD%20Itapo%C3%A3%202013-14.pdf
16. Santos LMP, Santos SMC, Santana LAA, Henrique FCS, Mazza RPD, Santos LAS, et al. Avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e combate à fome no período 1995-200: 4 – Programa Nacional de Alimentação Escolar. *Cad Saúde Pública*. 2007; 23(11):2681-93.
17. Pinto CRJ. A sociedade civil e a luta contra a fome no Brasil (1993-2003). *Sociedade e Estado*. 2005; 20(1):195-228.
18. Costa CA, Bogus CM. Significados e apropriações da noção de segurança alimentar e nutricional pelo segmento da sociedade civil do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. *Saude Soc* 2012; 21(1):103-14.
19. Casemiro JP, Valla VV, Guimaraes MBL. Direito humano à alimentação adequada: um olhar urbano. *Ciênc Saúde Coletiva*. 2010; 15(4):2085-93.
20. Albuquerque, MFM. A segurança alimentar e nutricional e o uso da abordagem de direitos humanos no desenho das políticas públicas para combater a fome e a pobreza. *Rev Nutr Campinas*. 2009; 22(6): 895-903.
21. Uema RTB, Souza SNDH, Mello DF, Capellini VK. *Semina: Ciênc Biol Saúde*. 2015; 36(Supl. 1):349-62.
22. Carvalho JB, Modenese VS, Sant'ana VZ, Sabbag OJ. Análise de eficiência do programa aquisição de alimentos para o território de Andradina e noroeste paulista. *Espacios*. 2016; 37(10):16-26.
23. Mattei L. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. *Rev Econ Nordeste*. 2014; 45(1):71-9.

Recebido em: 04/01/2017

Aceito em: 24/05/2017